

Déficit público está sob controle

O controle do déficit público e, consequentemente, o combate à inflação, os dois principais fantasmas da economia brasileira, são os pontos de destaque apresentados pelo Orçamento único, aprovado pelo Congresso Nacional e elaborado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). Ao fazer a defesa do Orçamento, diante dos parlamentares, o ministro Aníbal Teixeira disse que "o presidente José Sarney, o povo e o Congresso contam, agora, com um instrumento eficaz no controle do déficit público".

A seu ver, antes, o País tinha três fontes de despesa, sem nenhuma conexão entre si. A partir de agora, todo o dispêndio, quer nas estatais, no Orçamento Geral da União ou no que concerne aos fundos, está controlado pelo próprio Congresso. "O presidente Sarney devolveu ao Congresso, o poder de gerenciar os recursos públicos, direito este que lhe foi retirado desde o movimento de 64.

O ministro explicou que o déficit público é um desequilíbrio das contas do Governo, que gasta mais do que arrecada. Segundo ele, essa situação foi-se acumulando durante 20 anos e formou o déficit público astronômico hoje conhecido. No entanto, a partir deste ano, ele ficará sob controle estrito das autoridades governamentais, chegando a zero em 1991. Este ano, o déficit já foi reduzido dos 6,5%, para 1,27% do Produto Interno Bruto (PIB), ficando contido na faixa dos 2% até o final da década, prevê o ministro do Planejamento.

Ele garantiu que as únicas modificações que serão introduzidas no Orçamento unificado são as mensagens prevendo a aplicação do excesso de arrecadação, que será submetido ao Congresso Nacional. Fora disso, frisou, nenhum tostão será gasto fora do que está definido no orçamento.

Salários

De acordo com o ministro Aníbal Teixeira, os salários dos funcionários públicos só poderão sofrer aumentos além dos definidos

no orçamento nos casos de excesso de arrecadação. Ele estimou em cerca de 5 a 6% o aumento real verificado no ano passado.

Aníbal Teixeira acrescentou que nada poderá ser emitido sem a autorização do Congresso, nem moeda, nem títulos da dívida pública, nada que represente despesas para o Governo. «O Congresso aprovou um orçamento que fecha todas as portas a qualquer tipo de emissão, a não ser com a autorização do Legislativo», disse.

Quanto às despesas das empresas estatais, o ministro garantiu que o orçamento unificado definiu os recursos que as estatais pedem ao Tesouro para cobrir seus próprios déficits e que são fatores de pressão sobre o déficit público. Assim, as estatais poderão ter programas dinâmicos e até investir mais do que está previsto no Programa de Ação Governamental. Mas terão que gerar esses recursos através da venda dos seus produtos ou serviços.

Controle

Segundo o ministro, a Seplan dispõe de um sistema de controle dos 100 principais programas e projetos do Governo, através de computador, que representam 86% de todo o investimento público. As principais hidrelétricas, siderúrgicas e programas sociais do Governo são administrados por computador, com controle da execução, dos gastos financeiros e do desenvolvimento de implantação.

Pelo atual orçamento, de acordo com Aníbal Teixeira, coube ao Fundo da Previdência Social Cz\$ 700 bilhões e Cz\$ 130 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), os dois de maior porte no que concerne ao desembolso do Tesouro. Para ele, o orçamento ora aprovado pelo Congresso Nacional é transparente e representa um importante passo para a consecução da democracia participativa, pois foi aprovado pelo Congresso, que é a autoridade própria para julgar sua exequibilidade.

O ministro do Planejamento justificou a destinação de maior parte do orçamento para o setor dos transportes, porque, segundo ele, o imenso território brasileiro apresenta alguns pontos de estrangulamentos geográficos exigindo grandes investimentos no setor.

«Desde Washington Luiz, que afirmava que governar é abrir estradas, passando por Juscelino Kubitschek, cujas principais metas foram a energia e o transporte, que a presença pública no setor foi indispensável para o desenvolvimento deste imenso continente que é o Brasil», disse Aníbal Teixeira.

Ele garantiu que foi preciso fazer uma otimização dos recursos aplicados no setor, devido às restrições econômicas impostas ao País neste momento. Ele justificou a abertura da Ferrovia Norte-Sul para atender a região Centro-Oeste, onde seis milhões de toneladas de grãos produzidas, percorrem cerca de dois mil quilômetros de estrada de rodagem, aumentando o custo do produto com o preço do frete.

«Com esse investimento poderemos chegar a um porto de maior acesso, com a diferença de duas mil milhas náuticas. Podendo, com isso, exportar grãos e forma competitiva com os outros mercados produtores, além da celulose e fibra curta». Segundo o ministro, o investimento feito na Ferrovia Norte-Sul representa apenas 0,2% dos investimentos públicos.

Ação

O ministro do Planejamento fez, também, um breve relato do que representa o Plano de Ação Governamental (PAG), preparado de forma compatibilizada com o orçamento. «Isso ocorre pela primeira vez na história brasileira, conferindo instrumentos de controle sobre as aplicações governamentais, de modo a manter o déficit público em patamares aceitáveis, zerando-o no início da próxima década. Com isso, as despesas públicas serão controladas, não só pelo Presidente da República, como pelo próprio povo e o Congresso», afirmou.